

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### CONTRARRAZÃO :

1

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO - RJ  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 229/2022

CLINICA RADIOLOGICA DIAGNOSTICO RECREIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.356.383/0001-00, estabelecida na Av. das Américas, nº 12.900, bloco A, lojas 101 e 102, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.790.702, neste ato representada por CARLOS EDUARDO LEMOS DE SOUZA COSTA, inscrito no CPF sob o n.º 102.804.107-19, já credenciado nos autos licitatórios, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no item 21.2 do Edital, apresentar, tempestivamente, suas

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pela BIOMEGA MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA, com fulcro nos fatos e fundamentos que restarão demonstrados a seguir.

#### 1. DA TEMPESTIVIDADE.

Inicialmente, oportuno pontuar que as Contrarrazões são tempestivas, já que observado o disposto no subitem 21.2 do Edital, sendo a data limite para apresentação do recurso o dia 20 de dezembro de 2022 e, via de consequência, o prazo fatal para as contrarrazões, o dia 23 de dezembro de 2022.

#### 2. DOS FATOS SUBJACENTES.

Os presentes autos licitatórios detêm como objeto o registro de preços para a contratação de empresa especializada em serviços laboratoriais de exames de Citopatologia, Anatomia patológica, pesquisa de H. Pylori, Biopsias de útero e anexos e restos ovulares a fim de atender as necessidades dos usuários do SUS pelo período de 12 (doze) meses.

No decorrer do procedimento licitatório, após as devidas fases, a CLINICA RADIOLOGICA DIAGNOSTICO RECREIO foi declarada vencedora no certame, por apresentar a melhor oferta e atender a todas as qualificações exigidas no Edital, conforme consignado pelo I. Pregoeiro na Ata da Sessão.

Não obstante, a Recorrente, manifestamente irresignada, apresentou

2

Recurso, oportunidade em que argumentou, em apertada síntese: (a) suposta ausência de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (item 18.4); (b) suposta ausência de Alvará Sanitário de Licença de Funcionamento (item 20.2); e (c) suposta ausência de Cópia de Certidão de Anotação do Responsável Técnico no CRM (item 20.5).

Todavia, conforme será demonstrado a seguir, a CLINICA RADIOLOGICA DIAGNOSTICO RECREIO cumpriu todos os requisitos do Edital, bem como apresentou a melhor oferta, de maneira a ser sagrada vitoriosa do certame sub examine, inexistindo quaisquer razões de fato ou de direito que possam elidir tal decisão.

#### 3. DA APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.

Como se depreende da Ata de Realização do Pregão Eletrônico, ao passar para a fase de habilitação, o atento Pregoeiro pontuou a ausência da Certidão de Dívida Ativa com a Fazenda Municipal, concedendo prazo para a juntada do r. documento, nos moldes do item 18.8 do Edital.

Oportuno esclarecer, desde já, que o Edital prevê a possibilidade de diligência, em qualquer fase da licitação, destinada a ESCLARECER ou a COMPLEMENTAR a instrução do processo (item 29.5).

O instituto da "diligência", por algum tempo correspondeu a uma celeuma no âmbito administrativo, atrelado ao exacerbado rigorismo formal, por muitas vezes, deixava-se de declarar como vencedora a melhor proposta/oferta, por equívocos que facilmente poderiam ser sanados, caso utilizado, com proporcionalidade e razoabilidade, a diligência.

Não por outro motivo, o Tribunal de Contas da União vem se debruçando sobre o tema, de maneira a traçar os parâmetros corretos de interpretação e aplicação da diligência, no âmbito do procedimento licitatório. Veja-se:

Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Diligência. Documento novo. Vedação. Abrangência. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência. Acórdão 2443/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro - Substituto Augusto Sherman).

3

Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Juntada. Princípio da isonomia. É lícita a admissão da juntada de documentos, durante as fases de classificação ou de habilitação, que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, sem que isso represente afronta aos princípios da isonomia e da igualdade entre as licitantes. Acórdão 966/2022 Plenário (Representação, Relator Ministro Benjamin Zymler).

Os julgados alhures representam exatamente o caso em apreço. A comprovação da regularidade com a Fazenda Municipal constitui em Certidão que atesta fato e condição pretéritos, de modo que não há qualquer violação aos princípios da isonomia e igualdade entre os licitantes.

Para além disso, não se pode olvidar que se está diante, in casu, de empresa com aplicação das benesses previstas na LC 123/06, que prevê, expressamente, em seu artigo 42, que a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para fins de assinatura do Contrato.

Logo, com muito mais sentido no caso vertente a aplicação da diligência, uma vez que a regularidade fiscal somente pode ser exigida para fins de assinatura do Contrato, e não como critério de inabilitação.

Em que pese o inconformismo apresentado pela Recorrente, a hipótese dos autos é simples: a aplicação do instituto da diligência somado às benesses da LC 123/06.

Afinal, a CLINICA RADIOLOGICA DIAGNOSTICO RECREIO possuía a Certidão (fato pré-existente), que constitui teor que somente pode ser levado a efeito para fins de assinatura do Contrato. Bem por isso, a concessão de prazo para a juntada da Certidão atendeu aos conclames da diligência, sem desconsiderar que a comprovação de regularidade fiscal é item avaliado, nos termos da LC 123/06, tão somente para assinatura contratual.

Certo, haveria erro ou incongruência caso o i. Pregoeiro não disponibilizasse o prazo para sanar e complementar a instrução processual, como garante a jurisprudência e a legislação, de modo que, atendidos todos os requisitos do Edital, e observados os direitos e garantias de todos os licitantes, não há como prosperar os argumentos elencados pela Recorrente, devendo a decisão se manter por todos seus fundamentos.

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DOS DEMAIS DOCUMENTOS: ITENS 20.2 E 20.5.

Melhor sorte não assiste à Recorrente ao argumentar que não houve a

4

juntada dos documentos elencados nos itens 20.2 e 20.5, quais sejam, o Alvará Sanitário de Licença de Funcionamento e a Certidão de Anotação do Responsável Técnico no CRM, o que pode ser facilmente constatado por uma análise minimamente diligente dos documentos anexados pela CLINICA RADIOLOGICA DIAGNOSTICO RECREIO.

Tanto é assim que não houve qualquer apontamento por parte do Pregoeiro, uma vez que tais documentos foram devidamente apresentados, não carecendo, pois, de maiores contra-argumentos.

#### 5. DOS PEDIDOS.

Ex positis, requer seja totalmente desprovido o recurso administrativo interposto, confirmando-se a CLINICA RADIOLOGICA DIAGNOSTICO RECREIO como VENCEDORA DO CERTAME, pelas razões já levantadas alhures.

Termos em que pede deferimento.

Rio de Janeiro/RJ, 23 de dezembro de 2022.

CLINICA RADIOLOGICA DIAGNOSTICO RECREIO

CNPJ n. 09.356.383/0001-00

**Fechar**